



Deslocamentos humanos: brasileiros e bolivianos no painel da globalização e da imigração transfronteiriça

Maria do Socorro S. Araújo
Doutora em História Cultural pela UNICAMP
Docente do Curso de História – Campus Jane Vanini – UNEMAT/Cáceres/MT
Correio eletrônico: socorroaraujo@unemat.br

Seja em um passado distante ou nos tempos atuais, os deslocamentos humanos, nas suas diversas formas e em todas as partes do mundo, se constituem como um fenômeno que faz parte da história da humanidade. Como acontecimento que permeia todos os segmentos sociais, eles (os deslocamentos) são tomados por circunstâncias complexas de caráter político, econômico, social, cultural, étnico e religioso, entre outros de menor dimensão. Particularmente, as guerras atuais têm desencadeado intensos fluxos migratórios do Oriente Médio e da África para países europeus revelando as situações trágicas com que as populações envolvidas têm enfrentado tanto as travessias marítimas e/ou terrestres, como as lutas de aceitabilidade e acolhimento.

Nas Américas, as correntes migratórias não têm sido tão diferentes se considerarmos a busca de sobrevivência econômico-material como motivo maior de saída de pessoas de nações pobres ou em “crise” para países considerados mais promissores economicamente. Esse é o caso de muitos latinos enfrentarem grandes adversidades das políticas nacionalistas sobretudo e, de forma clandestina ou não, optarem por trabalhar nos Estados Unidos da América.

Ainda que sejam como “trabalhadores braçais” (subemprego ou coisa que o valha) muitos latinos também escolhem o Canadá, Japão, Austrália, Portugal, Espanha e outros países europeus para cultivar perspectivas de um trabalho remunerado e o imaginário de melhorias de vida pessoal e familiar. Os deslocamentos humanos mais atuais (segunda metade do século XX) se verticalizaram e ganharam força simbólica que confrontam as bases geopolíticas e o controle das fronteiras do Estado Contemporâneo. Batista (2009, p. 8) aborda a relação do migrante com o Estado destacando o sentido de pertencimento:

A relação entre a migração e o fato de se pertencer a um determinado Estado é ambígua, pois temos, de um lado, o encorajamento para que

o indivíduo exerça sua liberdade de ir e vir, o que é um dado histórico que acompanha o conceito de domicílio desde a formação do Estado moderno; por outro lado, pertencer a um Estado significa também uma estreita conexão com o território e as pessoas sob controle de determinado poder estatal. A questão das migrações envolve, portanto, a perda tanto do vínculo do indivíduo com o Estado, quanto com sua comunidade política original.

Assim, consideramos a condição dos movimentos migratórios assinalada em duas dimensões: uma delas é a voluntariedade do migrante quando, por alguma razão, este escolhe e encara o “lugar do outro”, a “cultura do outro”, as “leis do outro”, para ser parte de um mundo estranho ao seu; a outra condição é a saída forçada, uma espécie de desterro emergencial para escapar de desastres provocados por guerras sistemáticas, por perseguições (religiosa, política, étnica, etc.), pela fome gerando crises humanitárias ou por catástrofes naturais como, por exemplo, terremotos, furações e tsunamis que produzem infortúnios para os contingentes populacionais atingidos.

Se utilizando de base de dados oficiais/governamentais, de agências parceiras e de outras fontes, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR)¹ através do relatório anual “Tendências Globais” (“Global Trends”), que registra o deslocamento forçado ao redor do mundo, aponta um total de 65,3 milhões de pessoas deslocadas por guerras e conflitos até o final de 2015. Nesse montante, se inclui 21,3 milhões de refugiados e 40,8 milhões deslocados que continuam dentro de seus países. Além dos africanos, em destaque estão os sírios (Oriente Médio) e os colombianos (América Latina).

A imigração forçada não consiste em ser necessariamente definitiva, pois em alguns casos os imigrantes desejam retornar ao país de origem. Diferente disso, a categoria de refugiado que podemos considerá-lo como migrante emergencial requer certa urgência no seu acolhimento. O Artigo 14 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) prevê que “Em caso de perseguição, toda pessoa tem direito de buscar asilo e a desfrutar dele, em qualquer país”. Em 1951, a Convenção de Genebra oficializou o acolhimento ao refugiado, assim entendendo como as modalidades de proteção que um Estado institui para receber pessoas que não são seus patrícios, mas que a vida ou a liberdade está em perigo frente às atitudes, ameaças e/ou perseguições de autoridades e/ou gestores de outros Estados. Na seção das *Disposições Gerais* desse documento, o parágrafo 2 do Art. 1º, define o “refugiado” como sendo a pessoa que

temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua

¹ Fonte: <http://www.acnur.org/portugues/recursos/estatisticas/> Acesso em 03 de junho de 2017.

nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele.²

Na forma de “imigração forçada”, convém mencionar dois casos recentes nas Américas. Em janeiro de 2010, um terremoto com a magnitude de 7 graus Richter³ devastou o Haiti⁴ e algumas informações indicam que a catástrofe humana originada dessa tragédia devastou Porto Príncipe (capital do país), deixando 316 mil mortos, 350 mil feridos e mais de 1,5 milhão de flagelados⁵, além da devastação física territorial que destrói habitações (da mais simples à mais sofisticada) e desabita por completo as populações. Esse quadro levou milhares de haitianos a vagarem por terras estrangeiras procurando maneiras de reconstrução da vida pessoal e, na perspectiva de conseguirem oportunidades de sobreviver através de atividades remuneradas, pensam que parte do salário imaginário ajudaria a minimizar a miséria sócio-econômica e familiar que deixaram em seu país.

Fugindo dessas tragédias humanitárias e de forma legal ou ilegal, parte desses haitianos aportou em territórios brasileiros e se submeteu a todo tipo de trabalho para sobreviver em “terras alheias”. Outro registro importante e mais recente é o caso dos vizinhos venezuelanos. Atualmente, com o país mergulhado numa grave crise político-econômica, muitos deles têm atravessado as fronteiras do norte do Brasil, especialmente no estado de Roraima, com a mesma finalidade: sobreviver economicamente. E para isso, esses migrantes estão expostos à brutalidade de todo tipo de exploração, incluindo o tráfico internacional de entorpecentes e o comércio da prostituição sexual.

A contemporaneidade funciona como um tempo instantâneo a ser vivido, consumido. As rápidas e densas transformações sócio-econômicas derivadas da economia globalizada, de macro decisões políticas e das inovações tecnológicas, juntamente com o acesso às redes de comunicação instantânea (particularmente mais

²Fonte http://www.pucsp.br/IIIseminariocatedrasvm/documentos/convencao_de_1951_relativa_ao_estatut_o_dos_refugiados.pdf Acesso em 03 de março de 2017.

³ A escala Richter foi desenvolvida em 1935 pelos sismólogos americanos Charles Francis Richter e Beno Gutenberg, ambos pesquisadores e membros do California Institute of Technology (Caltech). Essa escala representa a energia sísmica liberada durante um terremoto e se baseia em registros sismográficos.

⁴ Com o nome de Saint Domingue, o Haiti foi uma possessão colonial francesa (séc. XVIII) e teve a predominância do escravismo africano para a exploração econômica da cana de açúcar. Sua história é demarcada por instabilidades políticas e, economicamente, é o país mais pobre das Américas, com cerca de 60% da população em estado de subnutrição e mais da metade vivendo com menos de 1 dólar por dia.

⁵ Informações do site <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2011/01/12/terremoto-no-haiti-matou-316-mil-afirma-premier.jhtm>

acessada por jovens e adultos), produzem imagens de um mundo elástico onde se cogita a possibilidade de assegurar para si um “lugar ao sol”. Entretanto, a luta para encontrá-lo e habitá-lo é árdua, em especial quando os caminhos a serem percorridos são os grandes centros urbanos. A partir disso, o mundo se coloca como uma “aldeia global” realocando o nacional e o local, o individual e o coletivo. Canclini (2003, p. 29), aponta formas de se compreender a globalização como sendo

um conjunto de estratégias para realizar a hegemonia de conglomerados industriais, corporações financeiras, *majors* do cinema, da televisão, da música e da informática, para apropriar-se dos recursos naturais e culturais, do trabalho, do ócio e do dinheiro dos países pobres, subordinando-os à exploração concentrada com que esses atores reordenam o mundo.

Complementando essa concepção, o autor afirma que o mundo global é “imaginado por sujeitos coletivos e individuais, isto é, por governos e empresas dos países dependentes, por produtores de cinema e televisão, artistas e intelectuais que desejam inserir seus produtos em mercados mais amplos.” (CANCLINI, *ibidem*). Nas sociabilidades humanas, as culturas também se globalizam e nas relações identitárias emergem as diferenças culturais que reforçam o lugar hierarquizado de cada povo. Assim, os comportamentos individuais e de grupos étnicos (e outros mais) se modificam, formas de dominações políticas e econômicas se sofisticam, fronteiras se tornam mais fluidas, as concepções de tempo e espaço se reconfiguram, novas atividades profissionais se constituem e outras desaparecem pela ineficiência e/ou inutilidade frente à força das tecnologias e sua condição de ubiquidade.

O acesso e o uso dos meios de comunicação com o suporte das tecnologias digitais possibilitam o acesso e a circulação de valores e bens culturais com rapidez e efemeridade. Na perspectiva global, as condições de vida e de trabalho adquirem outras configurações, tanto quanto as concepções sobre o mundo nos modos de ser e sentir, pensar, imaginar e fazer. Nas palavras de Ianni (1996, p. 52), a globalização “modifica as condições de alienação e as possibilidades de emancipação de indivíduos, grupos, etnias, minorias, classes, sociedades, continentes”. A chamada indústria cultural gera e controla padrões de comportamento, dita condutas e altera costumes que ganham visibilidade nos vestuários, nos padrões de etiqueta social, na produção dos desejos de ser e agir das pessoas, entre outras ações.

O mundo atual só pode ser lido/concebido pela multiplicidade de ações articuladas que permeiam condutas humanas e negócios. Então, fugindo da dicotomia ricos/pobres ou exploradores *versus* explorados, essa abordagem discute a globalização

não só como um fenômeno excludente de pessoas e nações, mas como forma de sedimentar alianças e intercâmbios entre nações ou grupos empresariais e/ou financistas de uma mesma região, pois no fortalecimento de interesses políticos ou sistemas financeiros se protegem das concorrências amplas e generalizadas para se imporem aos fragilizados. Esse é o caso dos acordos de livre-comércio e dos mercados comuns como o *North American Free Trade Agreement* (NAFTA),⁶ o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)⁷ e a União Europeia (1992).

No painel da mundialização econômica atual, não podemos desconsiderar o lugar político-econômico que ocupam os chamados países emergentes quanto à composição de forças das alianças e das corporações internacionais. Esse é o caso da formação do BRICS⁸, de dimensões continentais (países da Ásia, África e América do Sul), que reúne em torno de 42,86% da população mundial, representando uma nova força que se desenha no cenário mundial. Vale a pena destacar a dimensão do protagonismo chinês que pelo seu crescimento deve ser a maior economia até o final desta década, seguida da Índia para as décadas seguintes.

Como acontecimento mundial, a globalização produz também um ordenamento civilizatório que estabelece um modelo de desenvolvimento sócio-econômico e cultural pronunciado como forma de integração entre povos e localidades distintas, operacionalizado pelos sistemas de comunicação e transportes, sobretudo. Estudando este assunto Furtado (2007, p. 31) também entende que

A globalização dita um único modelo de civilização e de desenvolvimento, que é proposto como meta para todos os povos e terras, independente de qualquer reflexão que leve em consideração relativismos econômicos, políticos, sociais e, sobretudo, culturais. Obviamente, ela vem acompanhada do discurso político ou da argumentação cultural correspondente, a fim de que populações de

⁶ Criado em 1993, o NAFTA – *North American Free Trade Agreement* – (Tratado Norte-Americano de Livre Comércio), é um bloco econômico formado pelos Estados Unidos da América, Canadá e México, com o objetivo de reduzir ou eliminar as barreiras comerciais entre os três países para competir com a União Europeia (UE), bloco formado por 28 países europeus compondo o panorama econômico mundial. Fonte: <http://blocos-economicos.info/nafta.html>

⁷ Bloco econômico sul-americano, criado em 1991, a partir do Tratado de Assunção, constituído pela Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, com a finalidade de adotar políticas de integração econômica e aduaneira entre esses países, tendo como associados o Chile e a Bolívia. Com menos poder de decisão estão os chamados “Estados Associados”: Chile (1996), Peru (2003), Colômbia e Equador (2004), Guiana e Suriname (2013). Fonte: <http://www.mercosul.gov.br/>

⁸ Mesmo não reconhecido como um bloco econômico por não portar um estatuto formal, o BRICS é a nomeação de um conjunto de países considerados “emergentes”, formado atualmente pelo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Ainda assim, o bloco funciona como uma aliança política internacional com potencialidades econômicas elevadas, pois além de representar o maior mercado de consumidores, produz cerca de 20% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial. Fonte: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/mecanismos-inter-regionais/3672-brics>

todas as divisões nacionais, por intermédio de seus grupos dominantes, convençam-se de uma forma ou de outra que ela, com seu atual conteúdo, é o único horizonte dos povos do planeta.

Esse processo tem alterado as concepções de temporalidade e espacialidade, sobretudo quando consideramos as dimensões do mundo virtual imbricadas com o mundo real sendo concebidas como um *corpus* homogêneo. Na vida cotidiana, essa dimensão se expressa com mais força no campo da informação com o avanço e o uso das tecnologias disponíveis. É cada vez mais palatável a projeção de um futuro digital-real e de um presente tecnologizado.

O protótipo mais atual e refinado da ideia de *sucesso do individuo* é o discurso publicitário do empreendedorismo disseminado de múltiplas formas e cores, fomentando a crença de que a iniciativa e a criatividade levam à facilidade das conquistas econômicas e, por consequência, a realização pessoal de ser e de estar no mundo global. Essas práticas discursivas produzem uma ideia de protagonismo sócio-econômico que atraem vários segmentos da população economicamente ativa e, em especial, jovens que procuram gestar o próprio negócio. Para o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), ser empreendedor significa “ser um realizador que produz novas ideias através da congruência entre criatividade e imaginação”.⁹ O “empreendedor ideal” tem as seguintes características:

Criatividade; Capacidade de organização e planejamento; Responsabilidade; Capacidade de liderança; Habilidade para trabalhar em equipe; Gosto pela área em que atua; Visão de futuro e coragem para assumir riscos; Interesse em buscar novas informações, soluções e inovações para o seu negócio; Persistência (não desistir nas primeiras dificuldades encontradas); Saber ouvir as pessoas; Facilidade de comunicação e expressão.¹⁰

Como produto do capitalismo, a tendência da globalização é instituir modelos, e as redes de comunicação são hábeis na perspectiva de produzir comportamentos homogêneos. Assim sendo, os discursos veiculados pela grande imprensa tem levado pessoas a se verem como empreendedores em potencial. A falta de oportunidades nos mercados de trabalho ou mesmo o desemprego ou o subemprego instigam o imaginário

⁹ Como entidade privada sem fins lucrativos e criado em 1972, o SEBRAE “tem por missão promover a competitividade e o desenvolvimento sustentável dos empreendimentos de micro e pequeno porte. Atua em parceria com os setores público e privado, promovendo programas de capacitação, estímulo ao associativismo, desenvolvimento territorial e acesso ao mercado”. Disponível no site <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/bis/o-que-e-ser-empendedor.ad17080a3e107410VgnVCM1000003b74010aRCRD> Acesso em 30 de abril de 2017.

¹⁰ Fonte: http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/canais_adicionais/o_que_fazemos Acesso em 30 de abril de 2017.

de muitas pessoas serem “donos do próprio negócio”. Pelos atributos elencados na citação acima, quantos indivíduos estariam em condição de êxito ao se “jogarem” em um empreendimento? Dada a complexidade do sistema econômico-financeiro vigente, uma capacitação técnica é suficiente para preparar os eventuais empreendedores para enfrentarem (com sucesso) a competitividade do mundo empresarial?¹¹ De fato, que lugar econômico essas pessoas ocupam ou são parte da “aldeia global”?

O SEBRAE não se anuncia como instituição financeira, porém “articula (junto aos bancos, cooperativas de crédito e instituições de microcrédito, a criação de produtos financeiros adequados às necessidades do segmento”. Entretanto, os pequenos negócios nem sempre são duradouros o que implica em considerar especificidades como, por exemplo, conhecimento e experiência na atividade que se pretende investir, estudo de viabilidade econômico-financeira, dedicação e empenho cotidiano na gestão técnica e administrativa do investimento, entre outras.

Nessa mesma lógica, a condição de se viver, trabalhar e/ou transitar em espaços transnacionais constrói uma experiência de cidadania organizada pela racionalidade econômica com base no consumismo e no aprofundamento da divisão internacional do trabalho. Nesse ponto, é importante mencionar um paradoxo: ainda que a existência dos conglomerados empresariais, juntamente com os mercados comuns e os blocos de nações aliadas se traduza como forças coletivas que se fortalecem nas concorrências, a tendência da globalização é produzir a perspectiva de triunfo do indivíduo como o autor de si mesmo. Os discursos dessa pseudo “facilidade” alteram valores de sociabilidade ao mesmo tempo em que produzem efeitos de verdade.

Em função disso, os deslocamentos populacionais são cada vez mais tensos, tanto os de cunho nacional quanto os internacionais. De forma geral, nas últimas quatro décadas os movimentos migratórios vêm colocando em xeque a vigilância e o controle (geo)político das fronteiras nacionais e, em razão disso, as migrações têm representado preocupações políticas inscritas nas relações internacionais.

Relações Brasil/Bolívia: globalização e imigração transfronteiriça

De cunho acadêmico ou político, as abordagens sobre questões fronteiriças originaram interpretações e marcos normativos que norteiam as diplomacias e os usos

¹¹ A expressão “mundo empresarial” se refere aos negócios de pequeno e médio porte, e por isso também adquirem caráter de atividade empresarial.

dos territórios nacionais. Entretanto, fronteira é um espaço humano de natureza polissêmica e multicultural, onde se estabelecem redes de relações humanas para além da condição geográfica. Essa dimensão extrapola questões conceituais ainda que demarcando extensões territoriais de natureza regional, nacional e/ou internacional. O conhecimento técnico-científico diz mais respeito aos propósitos de estudiosos na produção dos saberes para que estes dêem suporte às decisões geopolíticas. Quando habitada, no caso de fronteira seca¹², a fronteira ganha sentido nas relações cotidianas que os fronteiriços estabelecem e com as quais elaboram o dia a dia articulando valores e vivências. Essa experiência pode ser pensada como uma paradiplomacia, cujas relações entre as populações de ambos os países não incorporam formalidades internacionais porque são iniciativas das sociedades envolvidas para construir vivências comuns.

Normalmente, faixas de fronteira¹³ são tomadas como áreas geopolíticas instituídas pelos tratados e acordos internacionais demarcadas pelos aparatos militares, fortes, quartéis, aduanas e postos de fiscalização e controle, cuja gestão cabe aos agentes governamentais. Na constituição das fronteiras também temos que considerar o patrimônio sócio-cultural das populações residentes em ambos os lados, que tende a produzir uma integração dada as condições identitárias, de convívio e de pertencimento. Para efeito de compreensão, as abordagens a seguir têm como *locus* a fronteira oeste mato-grossense e o oriente boliviano.

Atualmente, a fronteira internacional entre Brasil e Bolívia compreende os estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia e Acre (do lado brasileiro) e no oriente boliviano, os Departamentos de Santa Cruz de La Sierra, Beni e Pando, com uma extensão aproximada de 3.420 quilômetros. Historicamente essa fronteira se constituiu a partir das disputas territoriais entre as Coroas portuguesa e espanhola, redefinidas pelos Tratados de Madri (1750), Santo Idelfonso (1777) e Badajoz (1803). Entretanto, o processo completo de definição das fronteiras entre os dois países, que dá legitimidade à delimitação vigente, foi estabelecido pelo Tratado de Amizade, Limites, Navegação e

¹² Fronteira “seca” se caracteriza pelo espaço que se constitui como divisa territorial entre dois lugares (países, estados, etc.), que não são demarcados por qualquer curso de água, montanhas ou similares, mas por uma delimitação simbólica terrestre materializada, na maioria das vezes, por marcos e/ou monumentos de concreto.

¹³ A Lei nº 6.634 de 02 de maio de 1979 define faixa de fronteira entre o Brasil e países da América do Sul como espaço geofísico estratégico que corresponde a aproximadamente 27% do território nacional, medindo 15.719 km de extensão e abriga cerca de 10 milhões de habitantes de 11 estados brasileiros.

Extradição (1867), pelo Tratado de Petrópolis (1903), pelo Tratado de Natal (1928) e pelas Notas Reversais de Roboré (1958).

Os atuais territórios da Faixa de Fronteira Brasil/Bolívia, eram ocupados por um *continuum* de populações e culturas nativas antes mesmo de serem disputados pelas colônias ibéricas, entre os séculos XVI e XVIII. Os povos originários são de diferentes etnias como os Guarani, Guaicuru, Guató, Bororo, Otuke, Paresi, Nambiquara, Mojo, Gorgotoqui, Manasi e como uma mescla étnica, os Chiquitanos. Cada grupo tinha uma cultura própria, que reunia simbologias, valores, tradições e identidades distintas. Apesar das diferenças culturais, havia uma convivência cotidiana sem grandes problemas e/ou embates étnicos que continua no tempo presente.

Como tantos outros espaços de fronteira, populações e autoridades de ambos os lados da fronteira oeste/oriente sempre se preocuparam com questões de segurança militar e policial no combate às ilicitudes como, por exemplo, roubo de automóveis e de gado, de máquinas e implementos agrícolas, tráfico de drogas, migração ilegal e outras condutas. Por outro lado, há entendimentos governamentais e cooperação institucional para gestão de barreiras sanitárias, comércio internacional, transmigração de pessoas e outras ações semelhantes que estreitam as relações formais entre os dois países.

Historicamente, o convívio das populações dessa fronteira está registrado desde o século XVIII. Na ata de fundação de Cáceres/MT (1778), consta que alguns *chiquitanos*¹⁴ originários das reduções jesuíticas e fugidios dos domínios espanhóis foram acolhidos pelo então Capitão General Luis Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, e a partir desse ato se tornaram parte da sociedade colonial portuguesa:

Anno de nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1778, aos 6 dias de mez de Outubro do dito anno, n'este districto do rio Paraguay e margem oriental d'elle, no lugar onde presentemente se dirige a estrada que se seguia à Cuyabá desde Vila Bella, sendo presente o Tenente de Dragões Antonio Pinto do Rego e Carvalho, por elle foi dito que tinha passado a este dito lugar por ordem do Ilmo. e Exm. Snr. Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, Governador e Capitão General d'esta Capitania de Mato Grosso, para com effeito fundar, erigir e consolidar uma povoação civilizada, aonde se congregassem todo o maior número de moradores possível, comprehendidos *todos os casaes de índios castelhanos proxivamente desertados para estes Domínios Portuguezes da Província de Chiquitos, que fazem o número de 78 indivíduos de ambos os sexos*, a que juntando-se todo o número de mais pessoas congregados para o dito fim faz o total de 161 indivíduos de ambos os sexos, cuja

¹⁴Expressão gentílica que designa os povos da fronteira oeste (Mato Grosso/Brasil e San Matias/Bolívia), oriundos das Reduções Jesuíticas de Moxos e Chiquitos, localizadas nas *Tierras Bajas* entre a margem direita do Rio Paraguai (Cáceres/Brasil) e do Rio Grande (Santa Cruz de la Sierra/Bolívia).

povoação, segundo as ordens do dito, se denominará de hoje em diante, em obséquio do real nome de Sua Majestade – Vila Maria do Paraguay – esperando-se que de semelhante estabelecimento haja de resultar grande utilidade ao real serviço e commodidade pública [...] (grifo nosso). (Trecho da Ata de Fundação de Vila Maria do Paraguay, hoje cidade de Cáceres/MT. In: MENDES, 2009, pp. 27-28.)

Entre os séculos XVIII e XIX, esse espaço fronteiriço foi sendo redesenhado a partir tanto do avanço dos portugueses, no sentido São Paulo rota oeste, quanto dos espanhóis no sentido inverso. Pelas ocupações, os colonizadores foram demarcando as posses territoriais e ambos fundaram vilas, arraiais, fortes, reduções religiosas, entrepostos comerciais, empresas coloniais, portos fluviais e outros investimentos geopolíticos na faixa de fronteira definindo os usos dos territórios, dos recursos naturais e, posteriormente, a nacionalização das populações nativas, ou seja, em um lado habitariam os brasileiros e no outro os bolivianos.

Durante todo o século XX até os dias atuais, o convívio entre essas populações tem se mantido de forma mais ou menos pacífica, permeado por intercâmbios políticos, culturais, comerciais, estruturais ou conjunturais dessas populações que vivem distantes dos centros de decisão política em um e outro lado da fronteira. No entanto, a proximidade entre ambas ainda permanece como um legado de cultura, tradição, amizade e necessidades mútuas. A comunicação e as interações cotidianas entre bolivianos e brasileiros constroem coletivamente um modo de vida que não anula as diferenças e diversidades, mas aproximam esses fronteiriços. Além disso, as “mesclas familiares”¹⁵ continuam verticalizando as relações e comunicações dos povos tornando-os cidadãos transfronteiriços e, assim, os espaços da fronteira ganham importância pela mobilidade populacional, ocasionando significativa migração internacional.

Em qualquer direção, a travessia da fronteira leva o sujeito migrante a um processo de reconstrução da vida (pessoal e familiar) porque ele tenta se adaptar às condições sócio-econômicas e culturais, sobretudo quando a migração aponta para a permanência do indivíduo no país de destino. Há um fluxo migratório maior de bolivianos para o Brasil porque aqui funciona como atrativo de bem estar social a partir do volume de atividades econômicas, comerciais e trabalhos de natureza doméstica aparente acessível.

¹⁵ As “mesclas familiares” se constituem a partir dos casamentos (formais ou não), cujas famílias oriundas dessas relações conjugais instituem redes de relações políticas, étnicas, sociais e culturais em ambos os lados da fronteira.

Esse quadro é comum na zona transfronteiriça de Cáceres (Mato Grosso/Brasil) e San Matias (Departamento de Angel Sandoval/Bolívia). As dinâmicas sócio-culturais e econômicas produzidas pelas populações que há séculos habitam os espaços transfronteiriços, onde se assentam negócios, relações familiares, manifestações culturais e outras vivências, aproximam os municípios de Cáceres e San Matias pelo potencial de integração que apresentam.

A migração boliviana para os grandes centros urbanos brasileiros deve ser entendida como uma estratégia que o migrante a elege como possibilidade de elevar-se socialmente como indivíduo e/ou como grupo, uma vez que a ascensão social lhe parece alcançável. Para os bolivianos, o Brasil é um lugar de oportunidades porque expressa uma dinâmica de produção de bens de consumo (duráveis e não duráveis) pelos quais reflete o nível de vida da população nacional e também permitem avaliar os estilos e as características da sociedade em questão. Hall (1999, p. 81), observa o seguinte desse imaginário:

[...] a interdependência global agora atua em ambos os sentidos. O movimento para fora (de mercadorias, de imagens, de estilos ocidentais e de identidades consumistas) tem uma correspondência num enorme movimento de pessoas das periferias para o centro, num dos períodos mais longos e sustentados de migração “não-planejada” da história recente. [...] as pessoas mais pobres do globo, em grande número, acabam por acreditar na “mensagem” do consumismo global e se mudam para os locais de onde vêm os “bens” e onde as chances de sobrevivência são maiores.

Mesmo que ofícios laborais tenham natureza análoga nos dois países, bolivianos se sujeitam as mais adversas condições do mercado de trabalho brasileiro porque o *real* (moeda brasileira) tem um valor monetário superior ao *peso* boliviano, o que possibilita formularem um imaginário de prosperidade sócio-material ainda que como migrantes não dominem a língua portuguesa e nem tenham mão de obra especializada para galgarem oportunidades mais promissoras.

No oriente boliviano, margeando a linha de fronteira, está situada a cidade de San Matias, cujo centro urbano dista 08 quilômetros do marco fronteiriço. Com pouco mais de treze mil habitantes (INE, 2001),¹⁶ suas principais atividades econômicas são a pecuária bovina, a agricultura, a atividade de pesca e a exploração florestal, o que é

¹⁶ Instituto Nacional de Estatística de Bolívia. Consultar <http://www.ine.gob.bo/>

considerada uma economia primária,¹⁷ pois diz respeito à produção de alimentos para abastecimento do consumo básico e diário da população local. No pequeno comércio que há na cidade, com exceção dos produtos oriundos do campo, as mercadorias são incipientes e quase todas são fabricadas fora do município. Em função desse quadro, os bolivianos de San Matias atravessam a fronteira para comprarem produtos em Cáceres.

Com base em dados empíricos de empresas de médio porte, os comerciantes cacerenses vendem mensalmente em torno de R\$1.700.000,00 (hum milhão e setecentos mil reais), para a população de San Matias e comunidades bolivianas circunvizinhas, distribuídos entre consumo básico e revenda. Mesmo com os limites alfandegários, esse montante financeiro inclui gêneros alimentícios (secos e molhados), insumos agrícolas, móveis, eletrodomésticos, medicamentos, bebidas, tecidos, ferragens, materiais de construção e outros produtos, alimentando o comércio fronteiriço que não adquire o caráter de comércio exterior.

Compondo o comércio fronteiriço, os pequenos agricultores fixados nos assentamentos de Reforma Agrária¹⁸ localizados na faixa da fronteira comercializam parte da produção agrícola e pecuária em estabelecimentos de San Matias, uma vez que a proximidade física é mais viável do que se deslocarem até à sede do município de Cáceres. Do outro lado da fronteira, alguns brasileiros também são proprietários de estabelecimentos comerciais e/ou fazendas, cujos negócios compõem o volume dos intercâmbios tanto econômicos quanto culturais.

É muito comum a travessia da fronteira (sentido oriente/oeste) para os bolivianos trabalharem em terras brasileiras e de brasileiros que vão à Bolívia para atividades comerciais. Pelo fato de a fronteira (no lado brasileiro) ser formada por fazendas de gado, boa parte dos fronteiriços bolivianos trabalha nas atividades agropecuárias em territórios brasileiros durante o dia e no término do turno retornam para suas casas na Bolívia. Assim, diariamente, bolivianos e brasileiros transitam pela fronteira para desenvolver algum tipo de atividade rotineira geralmente circunscrita ao trabalho, à educação escolar e ao comércio.

¹⁷ O setor primário da economia está relacionado à produção de matéria-prima, seja de grãos e/ou outros produtos oriundos da exploração de recursos da natureza que fomenta a economia familiar (habitação, saúde, vestuário, etc.). São da economia primária a agricultura, mineração, caça, pesca, pecuária, extrativismo vegetal e outras atividades similares.

¹⁸Os oito Projetos de Assentamentos do INCRA da faixa de fronteira estão localizados a uma distância de 10 quilômetros de San Matias, na linha da fronteira, enquanto Cáceres dista em média 80 quilômetros de distância. Ver Mapa 05, seção Anexos.

Outro ponto que estimula a “migração de sobrevivência” de bolivianos para território brasileiro (mato-grossense) é a oferta de bens públicos disponíveis nos sistemas de moradia, educação (básica e superior), saúde e assistência social. Costumeiramente, crianças e jovens passam pela linha fronteira para estudarem em escolas brasileiras, pois nessas unidades são disponibilizadas melhores condições do ensino formal como, por exemplo, estrutura física, transporte, alimentação escolar, material pedagógico e formação dos professores.

Em termos de formação educacional, a rede pública de nível básico de Cáceres tem um total de 60 escolas, sendo 18 com gestão estadual e 42 da esfera municipal, com os três níveis pedagógicos distribuídos nos espaços rurais e urbanos. Boa parte das unidades escolares (incluindo as da fronteira) tem uma boa estrutura física, transporte escolar e o corpo docente em geral tem uma formação adequada. Tanto nas universidades, quanto no ensino básico, existem cerca de 100 alunos bolivianos matriculados regularmente nas unidades educacionais brasileiras, com vinculação familiar (direta e/ou indireta) em San Matias.¹⁹

No atendimento à saúde, Cáceres é município pólo de oferta desses serviços. Com a administração terceirizada da Associação Congregação Santa Catarina (ACSC), o Hospital Regional Dr. Antonio Carlos S. Fontes conta com 106 leitos para atender a demanda local e as circunvizinhas, quando os casos são encaminhados por cada sistema público. Nesses serviços médicos estão incluídos os atendimentos aos “estrangeiros e nacionais domiciliados na Bolívia”, que procuram atendimentos tanto de emergência como ambulatoriais e de alto risco. São muito comuns essas ocorrências, na medida em que o serviço de saúde pública de San Matias tem mais limitações de especialidades, de equipamentos e profissionais da saúde.²⁰ Ademais, existem muitas famílias bolivianas

¹⁹Esses dados são passíveis de interpretações variáveis, quanto à condição identitária de ser (ou não) boliviano na fronteira, visto que muitas crianças cujas mães são bolivianas nascem em Cáceres porque em San Matias não há maternidade nos serviços médicos. Nesses casos, elas são registradas como brasileiras, de acordo com legislação em vigor e assim permanecem mesmo que os domicílios se localizem no outro lado da fronteira, ou seja, no oriente boliviano. Dessa forma, quando matriculados no sistema escolar, a certidão de nascimento é brasileira com filiação boliviana (pai e mãe). Na Ata do 1º Encontro Binacional de Municípios Chiquitanos (pág. 06) realizado em San Matias (11 de agosto de 2015), há um esforço conjunto de se “registrar nascidos em cada país para no prejudicar posteriormente en sus estúdios”.

²⁰No ano de 2015, os números registrados mostram que 687 bolivianos da linha da fronteira passaram pelo sistema SUS do Hospital Regional, cujos atendimentos foram de clínica médica (39), clínica cirúrgica (111), clínicas ortopédica (56), clínica pediátrica (24), UTI pediátrica (1), UTI adulto (1), internações (232) urgência e emergência (302) e ambulatorial (153).

que comprovam domicílios em Cáceres, o que confere pleno direito de usufruto das políticas públicas como munícipes.

Certamente, esse tipo de migração escapa das definições convencionais contabilizadas pelas estatísticas oficiais. Na esteira do desenvolvimentismo que produziu os conglomerados urbanos e redimensionou a divisão internacional do trabalho, esse tipo de movimento migratório é chamado de “migração pendular”, caracterizado pelo deslocamento espacial de pessoas que diariamente buscam do outro lado da fronteira, condições de trabalho (ou outras situações) que respondam às demandas da própria vida humana. Moura *et al* (2005), discutem esse assunto reconhecendo que os deslocamentos vem ocorrendo em distâncias cada vez maiores entre a origem e o destino e que

As informações sobre deslocamentos domicílio-trabalho/estudo constituem importante referencial para a análise dos processos de metropolização e expansão urbana [...] e permitem a identificação de processos seletivos de uso e apropriação do espaço, com segmentação dos locais de moradia e de trabalho.

Nos últimos anos, o número de pessoas que atravessa a fronteira de Cáceres com San Matias aumentou consideravelmente com o fluxo de jovens brasileiros que estudam em universidades bolivianas de Santa Cruz de la Sierra, La Paz e Cochabamba. Quando oportuno (por férias, feriados ou conclusão dos cursos), esses estudantes retomam o percurso da vida pessoal e procuram formalizar o exercício profissional em território brasileiro. Dessas vivências, o que se tem de recíproco é a prevalência dos intercâmbios espaciais e culturais, as trocas de experiências interpessoais que se intensificam pelos contatos humanos diretos e pelas múltiplas aprendizagens que tendem a minimizar as diferenças entre os migrantes.

A trafegabilidade humana na fronteira oeste é uma vivência bastante comum e antiga, em especial quando se trata de relações familiares, vicinais e comerciais. Entretanto, a travessia é aqui compreendida em duas circunstâncias: uma delas é quando as pessoas que habitam os territórios fronteiriços precisam atravessá-los diariamente (com idas e vindas) como trabalhadores nas fazendas, outros como estudantes nas escolas municipais e estadual da fronteira, como pacientes do sistema de saúde pública brasileiro que funciona em Cáceres, como consumidores que adquirem mercadorias diversas no comércio cacerense para abastecimento familiar e revenda, entre outras situações, mas se mantêm no mesmo espaço fronteiriço; a segunda, consiste no movimento migratório em que pessoas imbuídas dos mesmos ou outros propósitos

passam pela fronteira para se fixar, temporariamente ou não, em cidades adjacentes e até mesmo em outros Estados brasileiros e/ou bolivianos.

Esse movimento pode ser considerado como a migração pendular, entendendo por isso o deslocamento temporário entre o lugar da habitação e local da atividade a desempenhar, pressupondo que esse deslocamento emite sensações de estranhamento com pessoas e lugares. Atravessar a fronteira cotidianamente leva o migrante a redesenhar suas percepções sobre espacialidade e vivências transitórias, uma vez que o espaço é o *locus* das experiências humanas.

Trabalhos temporários como o corte de cana ou colheitas agrícolas, em que as pessoas envolvidas trabalham no campo e retornam à cidade no final da jornada e/ou trabalhos sazonais em que se emprega a mão de obra dos bóias-frias, constituem a migração pendular. O fenômeno conhecido também como *commuting*, que consiste no deslocamento de pessoas que residem em um determinado país e viajam para outro em busca de uma ocupação laboral, é outro tipo de migração pendular. Esse movimento, emite sensações de estranhamento com pessoas e lugares. Nesses termos, atravessar a fronteira cotidianamente leva o migrante a redesenhar percepções sobre espacialidades e vivências transitórias, uma vez que o espaço é o *locus* das experiências humanas.

Ainda que haja os procedimentos institucionais de fiscalização e controle em ambos os lados da fronteira, nem sempre os números oficiais expressam a situação legal de cada pessoa, uma vez que a condição de indivíduos clandestinos não compõe as estatísticas migratórias. Este é o caso de muitos bolivianos (jovens e adultos) que se deslocam para São Paulo e outros centros urbanos como Cuiabá em busca de oportunidades de trabalho em várias atividades produtivas, mas particularmente na indústria têxtil e serviços. A condição de clandestinos fragiliza essas pessoas porque se sujeitam às condições degradantes de trabalho e de convivências sócio-culturais desterritorializadas, se tornando conhecida quando divulgada pela grande imprensa brasileira ou apresentada por alguns estudos acadêmicos.

A fronteira oeste é, portanto, um espaço que abriga disputas, encontros, conflitos e trocas culturais, que decorrem tanto da presença dos agentes das políticas limítrofes de cada país, como também das tensões, adversidades e da convivência comum entre as populações que nela residem. As vicissitudes impostas pelos limites fronteiriços, principalmente os consolidados por tratados, não impediram e nem impedem o fluxo contínuo de idas e vindas de pessoas que transitam no espaço binacional. Nesse sentido, se incluem também a burla dos limites, das normas, dos dispositivos de controle, etc.

As dinâmicas sócio-culturais e econômicas produzidas pelas populações que há séculos habitam esses espaços transfronteiriços, onde se assentam negócios, relações familiares, manifestações culturais e outras vivências, aproximam ambos os municípios transfronteiriços.

O fato de essas pessoas habitarem os espaços fronteiriços realizando atividades vitais comuns e cotidianas, estabelecendo relações interpessoais rotineiras que independem da linha fronteiriça imaginária, constrói e alimenta o sentimento de pertencimento fronteiriço integrado. Para essas populações, ser fronteiriço significa o enraizamento histórico-cultural nos territórios e o compartilhamento de valores, regras e outros bens imateriais de ambos os lados da fronteira, fortalecendo a condição identitária de um e de outro migrante.

Referências Bibliográficas

- BATISTA, Vanessa Oliveira. O fluxo migratório mundial e o paradigma contemporâneo de segurança migratória. Rio de Janeiro: Revista Versus, v. 3, p. 68-78, UFRJ, 2009.
- BOURDIEU, P. O capital social: notas provisórias. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (org.) Escritos de Educação, 3ª ed., Petrópolis: Vozes, 2001.
- CANCLINI, Nestor García. **A globalização Imaginada**. São Paulo: Ed. Iluminuras Ltda, 2003.
- FURTADO, Carolina de Figueiredo. Globalização e movimentos migratórios: a imigração nas fronteiras sul e leste da União Européia, sob a perspectiva político-jurídica. Universidade do Vale do Itajaí. Itajaí/SC, maio de 2007.
- HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- IANNI, Octávio. **A sociedade Global**. Ed. Civilização Brasileira. 4ª Edição, 1996.
- MENDES, Natalino Ferreira. *História de Cáceres: história da administração municipal*. Cáceres/MT: Editora UNEMAT, 2009.
- MOURA, Rosa; CASTELLO BRANCO, Maria Luisa Gomes; FIRKOWSKI, Olga Lúcia C. de Freitas. Movimento pendular e perspectivas de pesquisas em aglomerados urbanos. In: São Paulo Perspectiva. vol.19, nº 4, São Paulo Oct./Dec. 2005. Texto disponível no site: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392005000400008

Sites Consultados

- <http://blocos-economicos.info/nafta.html>
- <http://www.mercosul.gov.br/>
- <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/mecanismos-inter-regionais/3672-brics>
- <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2011/01/12/terremoto-no-haiti-matou-316-mil-afirma-premier.jhtm>
- <http://www.acnur.org/portugues/recursos/estatisticas/>
- http://www.pucsp.br/IIIseminariocatedrasvm/documentos/convencao_de_1951_relativa_ao_esta_tuto_dos_refugiados.pdf